

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.164.212 - SP (2017/0220519-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **LEDA ZACARIAS AFONSO E OUTRO(S)** - SP081638  
**AGRAVADO** : **OLAIR MAGALHÃES CASSIANO**  
**ADVOGADOS** : **GUILHERME FRANCO DA COSTA NAVA E OUTRO(S)** -  
SP376064  
**NAIARA BIANCHI DOS SANTOS SILVA** - SP368300

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, o qual desafia acórdão do Tribunal de Justiça local assim ementado:

APELAÇÃO – Exclusão da Tarifa de Uso de Sistema Elétrico – TU da base de cálculo do ICMS – Legitimidade ativa do consumidor, contribuinte de fato – Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal de Justiça – Honorários Advocatícios – Majoração – Não cabimento – Inteligência do art. 85, CPC/15 – Recursos não providos.

Com contrarrazões ao recurso especial, este foi inadmitido, em razão da incidência da Súmula 83 do STJ, fundamento com o qual não concorda a agravante.

Contraminuta não foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Com efeito, emerge dos autos que o recurso especial fazendário discute a inclusão dos valores referentes às Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica.

Acerca do tema, enquanto o Supremo Tribunal Federal, em 04/08/2017, negou o reconhecimento da repercussão geral, por ocasião da análise do RE 1.041.816/SP, a Primeira Seção deste Tribunal, em 28/11/2017, determinou o processamento dos EREsp 1.163.020/RS, do REsp 1.699.851/TO e do REsp 1.692.023/MT pela sistemática dos recursos repetitivos (art. 1.036, e seguintes, do CPC/2015) e a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre idêntica questão e que tramitem no território nacional (art. 1.037, II, do CPC).

Encontrando-se o tema afetado à sistemática dos repetitivos, esta Corte orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de

conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC/2015.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes: EDcl no REsp 1.456.224/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AgRg no AREsp 552.103/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014; AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/5/2012. Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.588.019/GO, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 17/03/2016; REsp 1.533.443/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 17/03/2016.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Registre-se que essa medida visa evitar, também, o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia e em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator